



**UNILAB - UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA**

JOSÉ VILMAR INÁCIO BOTÃO

**A VULNERABILIDADE SOCIAL E O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA EM
SENADOR POMPEU/CE NOS ANOS DE 2016 e 2018**

**PIQUET CARNEIRO - CE
2018**

JOSÉ VILMAR INÁCIO BOTÃO

A VULNERABILIDADE SOCIAL E O PROGRAMA BOLSA-FAMILIA EM SENADOR
POMPEU/CE NOS ANOS DE 2016 e 2018

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Silvano Carmo de Oliveira

PIQUET CARNEIRO - CE
2018

Botão, José Vilmar Inácio. B758v

A vulnerabilidade social e o Programa Bolsa-Família em Senador Pompeu/CE nos anos de 2016 e 2018 / José Vilmar Inácio Botão. - Piquet Carneiro, 2018.

41f: il.

Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Especialização em Gestão Pública, Instituto De Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira, Redenção, 2018.

Orientador: Prof. Silvano Carmo de Oliveira.

1. Programa Bolsa Família (Brasil). 2. Pobreza. 3. Políticas Públicas. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 353.50981

JOSÉ VILMAR INÁCIO BOTÃO

A VULNERABILIDADE SOCIAL E O PROGRAMA BOLSA-FAMILIA EM SENADOR
POMPEU/CE NOS ANOS DE 2016 e 2018

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pós-Graduação
Lato Sensu em Gestão Pública da
Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira como
requisito parcial à obtenção do título de
Especialista em Gestão Pública.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.Dr Silvano Carmo de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr Eduardo Soares Parente
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr Paulo Henrique Parente
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

A minha esposa Magbissoene, por abdicar muitas vezes dos finais de semana dedicados a recreação;

Ao meu filho amado Vilmar Filho;

Ao meu irmão Geraldo Botão que sempre me incentivou a buscar o conhecimento como ferramenta cultural; e,

Em especial a minha filha Paloma, motivo maior que me incentiva a ter forças para não desistir dos meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, arquiteto do universo e meu porto seguro;

À minha família, pelo incondicional apoio;

Ao Prof.Dr Silvando Carmo de Oliveira pela paciência e pela brilhante orientação;

Aos professores participantes da banca examinadora Prof. Dr Eduardo Soare Parente e Prof. Dr Paulo Henrique Parente pelas preciosas dicas e sugestões;

À Maria Cilane Bezerra de Souza, (Técnica Administrativa Concursada) e Coordenadora do CadÚnico- Programa Bolsa Família de Senador Pompeu/CE, pela disponibilidade em fornecer os dados que legitimaram este trabalho;

À Professora Dorynha Cavalcante, amiga e colaboradora;

Aos mestres do Curso, que com carinho e afeto repassou seus conhecimentos;

Aos colegas de turma, pela amizade;

A todos que de forma direta ou indireta colaborou com este trabalho.

“O Bolsa Família é o maior e mais eficiente programa de transferência de renda do mundo. Ele serve tanto para diminuir a miséria, quanto para ativar a economia e o consumo popular. É um instrumento contra a fome e, ao mesmo tempo, a favor da educação e da saúde. Não é um gasto, mas um investimento na qualidade de vida do nosso povo.”

(Luiz Inácio Lula da Silva)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC trabalhou a temática da Vulnerabilidade Social e o Programa Bolsa Família no Município de Senador Pompeu/CE nos anos de 2016 e 2018. Neste estudo fez-se um recorte histórico da pobreza e suas formas de enfrentamento, bem como, a origem e a importância do Programa Bolsa Família – PBF como política pública de distribuição de renda e combate à miséria no Brasil. O objetivo geral desta pesquisa foi o de analisar o Programa Bolsa Família e os seus impactos na vida das famílias beneficiadas. Os objetivos específicos foram realizar um levantamento bibliográfico sobre a pobreza e as suas formas históricas de enfrentamento; destacar as políticas sociais e gestão pública no Brasil, dentre as quais se encontra o PBF, suas origens, definições e importância; e, apresentar os resultados do Programa Bolsa Família no Município de Senador Pompeu/CE nos anos de 2016 e 2018. Metodologicamente, este trabalho baseou-se numa pesquisa bibliográfica, realizada através da literatura sobre o tema, além da análise dos dados do PBF no Município de Senador Pompeu/CE nos anos já mencionados. Como resultado desta pesquisa foi possível perceber que o PBF tem sido muito importante no combate à miséria num país extremamente desigual e nos Municípios pequenos, onde a pobreza torna-se um grave problema social. Conclui-se, portanto, que o PBF, para as famílias beneficiadas de Senador Pompeu/CE, atua como uma forma de complemento de renda, cumprindo o papel para o qual foi criado que é o enfrentamento e combate à pobreza na busca pelo resgate da cidadania plena de milhões de brasileiros.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Pobreza. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This Work of Conclusion of Course - TCC worked on the theme of Social Vulnerability and the Family Grant Program in the Municipality of Senador Pompeu / CE in the years 2016 and 2018. In this study a historical cut in poverty and its forms of coping, such as the origin and importance of the BolsaFamília Program (PBF) as a public policy for the distribution of income and the fight against poverty in Brazil. The general objective of this research was to analyze the BolsaFamília Program and its impacts on the lives of beneficiary families. The specific objectives were to carry out a bibliographic survey about poverty and its historical forms of coping; to highlight social policies in Brazil, among which is the PBF, its origins, definitions and importance; and to present the results of the BolsaFamília Program in the Municipality of Senador Pompeu / CE in the years 2016 and 2018. Methodologically, this work was based on a bibliographical research, carried out through the literature on the subject, besides the analysis of the PBF data in the Municipality of Senador Pompeu / CE in the years already mentioned. As a result of this research it was possible to realize that the PBF has been very important in the fight against misery in an extremely unequal country and in the Small Municipalities, where poverty becomes a serious social problem. It is concluded, therefore, that the PBF, for the families benefited by Senador Pompeu / CE, acts as a form of income complement, fulfilling the role for which it was created that is the confrontation and fight against poverty in search of the rescue of the full citizenship of millions of Brazilians.

Keywords: Bolsa Família Program. Poverty. Publicpolicy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total de famílias beneficiadas em maio de 2016 e maio de 2018.....	27
Tabela 2 – Total de inscritos x beneficiários do Programa Bolsa Família – Município de Senador Pompeu/CE. Maio de 2016/Maio de 2018.....	28
Tabela 3 – Total de famílias beneficiadas no PBF em nível federal.....	28
Tabela 4 - Dados demográficos e econômicos das famílias beneficiadas.....	29
Tabela 5 – Cumprimento das condicionalidades em educação e saúde no Município de Senador Pompeu/CE.....	32
Tabela 6 – Transferência de renda do Bolsa Família no Município de Senador Pompeu/CE no ano de 2016 e de janeiro a maio de 2018.....	33

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idade dos beneficiados.....	30
Gráfico 2 - Situação de trabalho das famílias beneficiadas.....	31
Gráfico 3 – Escolaridade das famílias beneficiadas.....	32

LISTA DE SIGLAS

ONU – Organização das Nações Unidas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PBF – Programa Bolsa Família

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

CE – Ceará

IGD – Índice de Gestão Descentralizada

CADÚNICO – Cadastro Único

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

CF – Constituição Federal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
2.1. A pobreza e as forças históricas do seu enfrentamento.....	15
2.2. Programa Bolsa Família: origens, definições e importância.....	20
3. METODOLOGIA.....	25
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	26
5. CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS.....	37
APÊNDICE A.....	40

1. INTRODUÇÃO

A pobreza como resultado de fatores sociais, políticos e econômicos constitui-se como um dos graves problemas sociais a ser enfrentado em todo mundo, em particular, no Brasil, onde a má distribuição de renda faz do país um dos mais desiguais do mundo. Os dados disponibilizados pelo Relatório de Desenvolvimento Humano, desenvolvido pelas Nações Unidas, mostram que o Brasil ocupa a décima posição dentre os países com maior disparidade de renda (ONU, 2017).

Outros dados sobre a desigualdade e a pobreza são alarmantes. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2017), cerca de 52 milhões de brasileiros, o equivalente a um quarto da população, vivem na linha de pobreza e têm renda familiar equivalente a R\$ 387,07 – ou US\$ 5,5 por dia, valor adotado pelo Banco Mundial para definir se uma pessoa é pobre (IBGE, 2017).

Dos que vivem em pobreza extrema somam-se 13 milhões de pessoas. A pesquisa indica, ainda, que o maior índice de pobreza se dá na Região Nordeste do país onde 43,5% da população se enquadram nessa situação e, a menor, no Sul: 12,3% (IBGE, 2017).

Todos estes dados revelam que o Brasil é um país profundamente desigual e a desigualdade exorbitante se dá em todos os níveis. Dentro desse contexto de desigualdade social, surge no Brasil a gestão das políticas públicas de transferência de renda para uma parte da população caracterizada em situação de pobreza e vulnerabilidade social, dentre eles o Programa Bolsa Família – PBF, considerado, inclusive em nível internacional o maior programa de transferência de renda da história do Brasil.

O PBF situado na Política Nacional de Assistência Social tem por objetivo amparar à população em situação de vulnerabilidade social que comprovem não ter meios para a manutenção de sua família no que se refere às necessidades básicas.

Diante disso, este Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, trabalhará o tema: A VULNERABILIDADE SOCIAL E O PROGRAMA BOLSA-FAMILIA EM SENADOR POMPEU/CE NOS ANOS DE 2016 e 2018. O mesmo busca responder o seguinte questionamento: o Programa Bolsa Família contribui para a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas?

Seu objetivo geral é analisar o Programa Bolsa Família e os seus impactos

na vida das famílias beneficiadas. Como objetivos específicos têm-se: realizar um levantamento bibliográfico sobre a pobreza e as suas formas históricas de enfrentamento; destacar as políticas sociais e a gestão pública no Brasil, dentre as quais se encontra o PBF, suas origens, definições e importância; e, apresentar os resultados do Programa Bolsa Família no Município de Senador Pompeu/CE nos anos de 2016 e 2018.

A relevância do tema se dá pelo fato de que a desigualdade social, a pobreza, a miséria, a desigualdade de gênero, a discriminação racial, enfim, as mazelas da sociedade e a maneira como essas questões são tratadas pelo Estado e pela sociedade precisam ser debatidas e combatidas.

Assim sendo, este TCC se justifica pela importância em se pesquisar sobre o Programa Bolsa Família, a fim de se observar até que ponto o mesmo pode ser um instrumento para a garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana no que diz respeito a satisfação das suas necessidades básicas.

A metodologia empregada neste trabalho está baseada numa pesquisa bibliográfica, realizada através da literatura sobre o tema, além da análise dos dados do PBF no Município de Senador Pompeu/CE nos anos acima mencionados.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a ampliação do conhecimento sobre o assunto, bem como, para a realização de novas pesquisas que sejam capazes de trazer subsídios relevantes para a conscientização de toda a sociedade da necessidade urgente de combate à fome e a pobreza no Brasil.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Dentre tantos problemas sociais graves que o Brasil enfrenta, com certeza, a pobreza, a fome e a miséria extrema é um dos mais críticos vivenciado por milhões de brasileiros. Diante dessa realidade os governos tem investido na gestão de políticas públicas objetivando resolver tão séria problemática. Assim sendo, esta fundamentação teórica ressalta a importância do combate à pobreza por meio do Programa Bolsa Família – PBF.

2.1. A pobreza e as formas históricas do seu enfrentamento

A pobreza é uma manifestação da questão social que está diretamente ligada as relações existentes nas sociedades. Dentro desse contexto, a pobreza é fruto das relações construídas dentro de um padrão capitalista de desenvolvimento que inclui alguns e exclui a maioria.

Yazbek (2009, p. 73:74) é muito feliz quando diz que a pobreza “*certamente não se reduz às privações materiais*” e Martins (2005, p. 15) vai além quando enfatiza que:

A pobreza é uma categoria multidimensional, e, portanto, não se caracteriza apenas pelo não acesso a bens, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças.

O que os autores deixam claro é que o estado de pobreza em que uma pessoa se encontra não depende de si, mas de forças externas. Na verdade, os pobres são produtos das relações advindas de um sistema capitalista que produz e reproduz a desigualdade tanto no plano social, como econômico, cultural e político, deixando-os a margem do desenvolvimento.

Nesse sentido, torna-se importante dizer que a pobreza não está relacionada apenas ao indivíduo que por alguma razão não consegue ter acesso a renda, mas, também aos trabalhadores que apesar de ganhar um salário em troca da sua mão de obra não consegue satisfazer com esta renda, as suas necessidades básicas. Falando sobre a profundidade do termo pobreza Antunes (2005, p. 109) vai dizer que:

[...] ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção, não tendo alternativa de sobrevivência senão vender a sua força de trabalho sob a forma de assalariamento.

Assim, pobreza nesse sentido mais amplo da palavra envolve, os desempregados, mas também os subempregados, os assalariados sem carteira assinada, enfim, todos os trabalhadores sem renda ou que as tendo não conseguem suprir o seu próprio sustento e da família e, portanto, necessitam da ajuda do Estado. Daí que citando mais uma vez Yazbek (2009, p. 73-74) esta vai confirmar que:

São pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo, portanto, excluídos, em graus diferenciados, da riqueza social. Entre eles estão: os privados de meios de prover à sua própria subsistência e que não têm possibilidades de sobreviver sem ajuda; os trabalhadores assalariados ou por conta própria, que estão incluídos nas faixas mais baixas de renda; os desempregados e subempregados que fazem parte de uma vastíssima reserva de mão de obra que, possivelmente não será absorvida.

Muitas vezes, ao longo da história e em determinado contexto histórico, a pobreza foi vista como uma “graça divina”, já que a pessoa que se despojava do que tinha por questões religiosas, era bem visto pela Igreja, o que ocorre em boa parte da Idade Média.

Nas análises de Siqueira (2011, p. 3) se constata que a ideologia construída da pobreza é uma herança que remete ao período medieval, em cuja sociedade evangelho e pobreza tem a sagrada escritura como referência. A autora vai dizer que *“a imagem e a expressão social do pobre no mundo medieval [...] cria um elo de relações sociais determinantes na sociedade; afinal, o ethos da pobreza agrega o elogio à esmola ao elogio da salvação.”* Conforme Pereira (2016, p. 39):

A economia da salvação seria, nessa perspectiva, uma instrumentalização do pobre, caracterizado como desgraçado e lastimado, enquanto um meio privilegiado *para* que o rico praticasse a suprema virtude cristã, a caridade. A prática da caridade *cristã* permitia ao rico caridoso a sua salvação. Tal prática foi a responsável, em grande parte, pelo orçamento medieval da assistência, por meio de esmolas e de doações às instituições de caridade.

Contudo, da passagem do feudalismo para o capitalismo, a pobreza torna-se um problema para a classe burguesa em ascensão que deve ser resolvido, o que passou a ser feito com ações que como expressa Leite (2008, p. 214) deveria combinar *“a assistência aos necessitados e a repressão violenta contra os indivíduos tidos como vagabundos.”* Este foi o primeiro ensaio da gestão pública do capitalismo ascendente no enfrentamento da pobreza.

Como se vê a ação assistencialista por parte da gestão pública não é uma novidade, está presente na história das nações e o exemplo mais conhecido, talvez por conta do caráter precursor, foi a Lei dos Pobres, instituída na Inglaterra em 1601 e emendada em 1834 que para Pereira (2011, p. 62-64):

Esta Lei dos Pobres era muito mais punitiva do que protetora, além de pouco eficiente e eficaz no que tange ao alcance dos seus objetivos. As temidas 'vagabundagem' e mendicância não foram debeladas por essa forma de controle social que incluía surras, mutilações, e queimaduras com ferro em brasa nos andarilhos, embora estes, àquela época, não fossem tão numerosos como se fazia crer. E apesar desta lei expressar a intenção de desenvolver um modelo de gestão administrativa por meio do estabelecimento de uma tipologia de regulação a partir da diferenciação de categoria de pobres a serem atendidos, não conseguiu resolver os problemas sociais advindos da Revolução Industrial.

Vê-se aqui que a gestão pública via a pobreza como um problema social que atrapalhava a ascensão e fixação da classe burguesa ao poder sendo necessário, portanto, combatê-la. Assim, aos necessitados indigentes ou incapazes era oferecido auxílio e aos capazes, mas que não trabalhavam, por isso, eram taxados de "vagabundos" era oferecido a repressão policial violenta.

O fato é que em diversos países da Europa ocidental, verificou-se, então, a implantação de leis condenando as pessoas que não usassem sua capacidade para o trabalho, sendo elas castigadas com a prisão, o trabalho forçado, a expulsão da cidade e várias outras penalidades (LEITE, 2008).

O objetivo das autoridades com a punição e repressão policial a estes indivíduos que vivam da "vadiagem", roubando, ameaçando os bens e a ordem pública era obrigá-los ao exercício do trabalho. A assistência prestada induzia o trabalhador a se manter por meio de seu trabalho. Era o caso das *workhouses* inglesas, (casa de trabalho) em que havia trabalho forçado, abrigo e alimento, e das oficinas de caridade, que ofereciam oportunidades de trabalho em âmbito local. Ainda para Leite (2008, p. 217-218):

[...] ficava evidente que a grande maioria dos indivíduos que se encontravam em situações de pobreza e de miséria não era composta de vagabundos — pessoas que não trabalham por decisão supostamente individual —, nem, sequer, de incapacitados para a atividade laboral, mas, sim, de operários industriais.

Desta afirmação pode-se dizer que a pobreza neste período foi fruto da Revolução Industrial que tornou o trabalhador sua maior vítima e ao mesmo tempo mão de obra barata do aparelho produtivo do sistema capitalista em pleno crescimento, ou o transformou como bem acentua Telles, (2007, p. 217) "*em público alvo dos programas sociais ditos de inserção, que não são mais do que a administração da exceção.*"

Do que já foi exposto, pode-se dizer que a política social de enfrentamento a pobreza ao longo da história e em diversos contextos sociais é uma resposta em se tratando de gestão pública para as necessidades dos cidadãos que nasceram da própria sociedade, das relações de força e poder existentes entre o capital e o trabalho.

No Brasil, as políticas públicas de enfrentamento da pobreza não diferem muito da Europa ocidental. Aqui, como lá, o Estado viu-se obrigado a intervir para controlar o antagonismo entre elas. Neste contexto, foram criadas as políticas sociais, que visam dar respostas às expressões multifacetadas da questão social no sistema capitalista, marcado por relações de exploração do trabalho pelo capital (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

No caso brasileiro, como aponta Vanderley (2008), a experiência colonial e a escravidão prolongada colocaram historicamente, para os trabalhadores, a responsabilidade por sua própria sobrevivência. Desse modo, até fins do século XIX, ganharam corpo obras sociais e filantrópicas, ações de ordens religiosas e redes de solidariedade e familiares (famílias extensas de vários tipos) que deram lugar a práticas sociais ligadas à sobrevivência sem o recurso ao “mercado.”

Portanto, não há como falar de gestão pública e enfrentamento da pobreza no Brasil sem levar em consideração a formação da sociedade brasileira que como explica Sposati, (2003, p. 19):

A trajetória do Brasil e da maioria dos brasileiros espelha fortemente a história de um povo colonizado por descobridores, mercadores, senhores da terra, senhores do capital, senhores do aparelho de Estado, senhores da comiseração, pelos donos do poder. Assim, miséria e vassalagem, pobreza e se a relação antiética seja escamoteada por algumas estratégias de gestão articuladas pelos que se fazem donos do poder.

Concordando com a autora acima citada pode-se dizer que a construção da sociedade brasileira é marcada por um lado pela dominação de uma minoria privilegiada, a qual coube exercer o poder político, econômico e social do país, e por outro de uma maioria a qual coube obedecer e servir ao poder centralizador.

Historicamente presentes na sociedade brasileira desde o período de colonização, marcada pela forma precária e exploratória, a desigualdade social e a pobreza vêm no decorrer dos séculos se agravando e apresentando novas características a partir do surgimento e desenvolvimento do capitalismo.

Nesse sentido, a pobreza não deve ser compreendida como algo natural, mas como um produto construído socialmente a partir das relações sociais vigentes na sociedade capitalista (YAZBEK, 2009).

Ainda de acordo com a autora, a pobreza no Brasil é desenvolvida considerando um conjunto de fatores compreendidos pela renda limitada, pela exclusão e pela subalternidade. Assim, assinala que:

Do ponto de vista da renda, o que se evidencia é que para grande maioria dos trabalhadores, com registro em carteira ou não, com contrato ou por conta própria, predominam os baixos rendimentos e a consequente privação material daí advinda. Do ponto de vista da exclusão e da subalternidade, a experiência da pobreza constrói referências e define “um lugar no mundo”, onde a ausência de poder de mando e decisão, a privação de bens materiais e do próprio conhecimento dos processos sociais que explicam essa condição ocorrem simultaneamente a práticas de resistência e luta. (YAZBEK, 2009, p.63)

O Brasil, nesse sentido, constitui historicamente um dos principais exemplos internacionais de profunda diferenciação entre a modernização econômica e o atraso das condições de bem-estar social do conjunto da população (POCHMAN, 2009). Tudo isso fez crescer a pobreza no Brasil e assim como ocorreu na Europa, aqui, o crescimento da pobreza fez parte também da expansão do capitalismo.

É possível dizer que a história das políticas públicas em defesa dos mais necessitados encontra-se claramente relacionada às condições sócio históricas, econômicas, políticas e culturais experimentadas pelo país no decorrer das últimas décadas, sendo tradicionalmente constituída em ações separadas de caráter ultrapassado, caridoso e de solidariedade.

É importante dizer que até a década de 1930, a pobreza não era entendida como uma questão social, mas como um problema pessoal daqueles que não se empenhavam para vencê-la e que, por isso, eram tidos como responsáveis pela condição de miséria em que se achavam.

Até aqui as obras assistenciais eram desenvolvidas pela igreja através de atividades sociais de caráter bondoso e humanitário, voltadas para os pobres e miseráveis que se encontravam às margens da sociedade, definindo então a assistência social que se expandia no Brasil.

É com esse pensamento assistencialista que a pobreza no Brasil terá o olhar da gestão pública. Assim, na vila de São Paulo, por volta de 1560 é que emerge a primeira instituição de atendimento à pobreza do país, a Irmandade de Misericórdia,

que, apoiada em práticas de esmola, de inspiração portuguesa, ofertava dotes para órfãos e providenciava caixões para os mortos. Instalou-se em São Paulo *“com uma pequena enfermaria que era ao mesmo tempo albergue e hospital, atendendo com alimentação, abrigo e enfermagem a escravos e homens livres, visto que não havia ainda médicos no país”* (MESTRINER, 2002).

Somente a partir dos anos de 1980 é que a pobreza passa a ser vista como uma questão social. Assim sendo, as transformações no sistema da gestão pública ganham ênfase a partir do momento em que a pobreza, fenômeno complexo e multidimensional, passa a ser reconhecida e considerada na elaboração de políticas sociais, como questão social e coletiva a ser encarada pelo Estado. A partir desse momento o governo coloca em pauta na agenda pública do Brasil novas medidas de combate e redução da pobreza, como é o caso do Programa Bolsa Família – PBF.

2.2. Programa Bolsa Família: origens, definições e importância

O Brasil é um dos países que tem a mais desigual distribuição de renda se comparado a outros países em desenvolvimento. Essa má distribuição de renda gera pobreza e miséria que se constituem em fator determinante para os graves problemas sociais existentes, bem como, para o desenvolvimento econômico.

Atualmente, o Brasil registra um índice de desemprego de 12,6%, o que corresponde a 13,1 milhões de pessoas que estão desempregadas (IBGE, 2018). Mesmo as pessoas que tem emprego sentem dificuldades em garantir o sustento da família e atingir melhores condições de vida.

Diante de tamanha desigualdade programas e políticas públicas são criadas pelo governo para auxiliar as famílias que não conseguem suprir suas necessidades básicas.

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares (BRASIL, 2012a).

A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. O Programa é instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04 (BRASIL, 2012a)

O Programa Bolsa Família foi criado em outubro de 2003, Mas somente em 2004 seria instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007. O PBF é fruto da unificação dos programas de transferência de renda do governo federal, ou seja, Bolsa Alimentação (Ministério da Saúde), Auxílio Gás (Ministério das Minas e Energias), Bolsa Escola (Ministério da Educação) e o Cartão Alimentação (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome) (BRASIL, 2012a).

O objetivo dessa união foi a redução dos gastos administrativos, a partir de uma gestão coordenada e integrada intersetorialmente. Sob o ponto de vista dos direitos humanos, essa unificação foi um avanço, pois a centralização em um único programa evita a fragmentação e permite maior clareza em relação aos órgãos públicos responsáveis pela implementação.

Em outros termos, com essa centralização há uma maior facilidade em definir a qual órgão uma pessoa deve recorrer em caso de solicitação do Programa, medida esta imprescindível para facilitar o acesso dos grupos sociais mais vulneráveis

De acordo com Cunha e Pinto (2008) o Programa Bolsa Família pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza:

- a) Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;
- b) Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações;
- c) Coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

De acordo com Silva (2007, p. 1.454;):

O Programa Bolsa Família constitui-se no principal programa no âmbito da Estratégia Fome Zero. Tem por objetivos: combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

Em concordância com o autor, pode-se dizer que o PBF é de suma importância no combate à fome, principalmente, se for levado em consideração o grande número de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, que depende do PBF pra sobreviver. Campello e Neri (2013) ao analisarem o PBF consideram que através dos resultados do mesmo no combate à fome vale evidenciar a importância deste benefício para essas famílias, mesmo que o valor destinado em dinheiro possa ser considerado irrisório. Ferreira e Aquino, (2018, p. 7) avaliam que:

O programa tenha dois objetivos básicos: combater a miséria e a exclusão social e promover a emancipação das famílias mais pobres. Diante disso, acredita-se que os idealizadores deste Programa apontam ter conhecimento que a privação de capacidades pode ser um fator relevante de pobreza muito além da renda. Desta forma, uma de suas características centrais é que ele procura associar a transferência direta do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos, como alimentação, saúde, educação e assistência social.

O PBF está distribuído em forma de benefícios os quais se constituem da seguinte maneira:

- O primeiro benefício é conhecido como “Bolsa Família Básico” por ser o critério mais básico entre todos. Apenas famílias em condições de extrema carência e pobreza tem acesso a esse benefício.
- O segundo benefício, como o próprio nome revela, “Bolsa Família Variável a Gestante”, é destinado para famílias que tenham gestantes em sua composição. Durante os nove meses de gestação, o benefício é fornecido à família da grávida. É contado a partir da data de início do pagamento, não da gravidez.
- O terceiro benefício, cujo o nome é “Variável de 0 a 15 anos”, atende somente famílias que tenham crianças ou adolescentes entre 0 e 15 anos.
- O quarto benefício é o “Variável Nutriz”, esse é um auxílio oferecido pelo governo a famílias que tenham em sua composição crianças de 0 a 6 anos de idade. Refere-se

ao pagamento de seis parcelas mensais consecutivas, a partir da data de início do pagamento do mesmo.

- O quinto benefício seria o “Variável vinculado ao adolescente “, fornecido exclusivamente para famílias que tenham em sua composição adolescentes entre 16 e 17 anos de idade.

- O sexto benefício é combate e a “Superação da Extrema Pobreza”, esse benefício é destinado somente a famílias que mesmo após receberem benefícios como, por exemplo, o básico, permanecem em caso de extrema carência e pobreza (ABRAS e SÁ, 2016).

É importante ressaltar que para as famílias recebem os benefícios aqui citados, elas terão que assumir o compromisso de manter as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos de idade na escola, fazer o acompanhamento de saúde de crianças menores de 7 anos de idade, de grávidas e mães que estão amamentando, entre outras ações. Essas são as condicionalidades do Programa.

Currallero et al. (2010) colocam que as condicionalidades estão contribuindo para a redução da evasão e melhora no rendimento escolar de jovens beneficiários, porém apesar de o Ensino Superior ter crescido em termos de acesso, ainda está aquém da possibilidade para a maioria dos estudantes que concluem o Ensino Médio.

Cunha e Pinto (2008, p. 4) observam que o PBF foi concebido como uma alternativa de política que articula diversas dimensões econômicas e sociais e —*não pode ser entendido como uma mera unificação dos programas anteriores ou apenas a busca de um maior grau de racionalidade administrativa.*

Ainda de acordo com os autores, houve com o PBF uma mudança na concepção da transferência de renda para o atendimento de toda família e não mais de seus membros isoladamente, houve a superação de divergências de critérios de elegibilidade e de sobreposição de público-alvo e a compreensão da insuficiência de renda apenas como *proxy* de outras dimensões da pobreza.

Além de reforçar o papel da mulher no interior da família, ao torná-la, preferencialmente, a responsável legal pelo recebimento dos benefícios, o PBF deu amplo direito de escolha às famílias quanto ao uso dos recursos recebidos.

Nas palavras dos autores: —*ninguém melhor que a família para decidir onde o recurso financeiro é mais importante, quais as necessidades da família devem ser satisfeitas.*

Neste contexto, pode-se dizer que os pobres sabem fazer escolhas, o que eles de fato precisam é de um Estado que os ampare e assegure seus direitos básicos.

Nesta perspectiva, o sucesso do Programa está condicionado à redução da sua cobertura ao longo do tempo a partir do desligamento de seus beneficiários por incrementos na renda familiar, que deveriam ocorrer de forma sustentável, assegurando rendimentos à família superiores à renda para elegibilidade no Programa.

Segundo Cohn (2010, p. 227), o fundamento do PBF é:

(...) concebido como articulação entre políticas de combate imediato à pobreza com políticas de superação da pobreza, significa que estariam se abrindo portas para que os pobres ingressassem na sociedade com um novo status, o de cidadãos, com acesso ao mercado e à dignidade social, sendo assim, capazes de assumir sua individualidade como portadores de direitos.

Assim sendo, Programas sociais como o PBF que têm como marca a exigência de condicionalidades para transferir renda possuem o duplo objetivo de combater a pobreza e a desigualdade no curto prazo, provendo às famílias um benefício mínimo, além de procurar reduzir a transmissão intergeracional da pobreza, via incentivo à acumulação de capital humano das futuras gerações, através das adequações exigidas dos seus beneficiários (FISZBEINS E SCHADY, 2009).

Nos Municípios brasileiros o PBF, gera impacto positivo na economia ampliando e incentivando a produção local, bem como, no combate à fome e a miséria. Nestas unidades federativas que atendem os beneficiários, o principal instrumento do governo federal para perceber o comportamento da Gestão Pública municipal em relação ao PBF é o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) (BRASIL, 2012a).

Criado em 2006, o IGD é um índice que varia de 0 a 1 (pior e melhor situação) e reflete o cumprimento dos compromissos assumidos pelos municípios no Termo de Adesão ao Programa Bolsa Família (Portaria GM/MDS nº 246/05) (BRASIL, 2012a).

Sob a perspectiva da nova gestão pública descentralizada esta é vista como um conjunto de programas governamentais existentes em determinadas áreas que ao serem aplicados modificam a realidade local.

Dentro desse contexto, a gestão pública do PBF deve buscar assegurar eficácia, eficiência e qualidade, conceitos essenciais para se cumprir as propostas das políticas públicas. Assim sendo, para Monteiro, et. al (2009, 217):

Acompanhar a implementação de programas sociais como o PBF num país como o Brasil é um grande desafio, pois esse programa demanda estrutura burocrática mínima, que associe transparência de gastos públicos aos resultados socioeconômicos de sua implantação. Portanto, a eficiência, a eficácia e a qualidade são algumas das principais medidas para se avaliar uma boa administração, já que quase sempre os recursos são limitados ou escassos.

Assim, uma nova perspectiva alternativa a gestão pública tem surgido nas últimas décadas buscando atender às críticas feitas ao setor público por parte da população. Essa nova gestão pública produz um conceito diferente de prestação de contas à sociedade, conduzindo a uma maior transparência na administração da coisa pública e maior responsabilidade na atuação operacional do governo, como por exemplo, nas ações do PBF.

No município de Senador Pompeu/CE, foco desta pesquisa, o PBF é muito importante para o aquecimento da economia local, como também para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários. Além do que o mesmo está sob o enfoque de uma gestão pública descentralizada que permite a participação da sociedade através de diversos mecanismos como os Conselhos existentes.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Para este estudo buscou-se analisar o Programa Bolsa Família no Município de Senador Pompeu/CE nos anos de 2016 e 2018. Diante disso, trabalhou-se com a pesquisa quantitativa por tratar-se de um estudo que busca comparar dados dos anos acima citados na intenção de avaliar como o PBF tem contribuído para a qualidade de vida das famílias nos referidos períodos.

O local do estudo foi o Município de Senador Pompeu/CE e o público alvo da pesquisa foram as famílias beneficiadas. O objeto de estudo é o PBF. Os dados foram coletados por meio de 120 questionários entregues a Coordenadora do CADÚNICO do PBF no Município, Sra. Maria Cilane Bezerra de Souza (Técnica Administrativa Concursada). A pesquisa aconteceu do dia 21 a 25 de maio de 2018. Assim, para que a pesquisa fosse realizada algumas etapas foram seguidas.

Primeiramente, foi feita uma visita in loco na Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento e Assistência Social, uma vez que esta pasta é a responsável pela gestão do PBF no Município. Esta visita teve como objetivo conversar sobre o Programa, bem como, conhecê-lo mais profundamente, além de comunicar ao gestor sobre a pesquisa em andamento e conclusão.

Vale salientar que antes da entrega dos questionários, o investigador explicou a Coordenadora do CADÚNICO e responsável pelo PBF do que se tratava a pesquisa e sua importância para o estudo da vulnerabilidade social das famílias. Diante da explicação detalhada do que se tratava o estudo, os questionários foram entregues a mesma, que não colocou obstáculos em respondê-los e devolver ao investigador.

É importante destacar que os questionários contêm questões fechadas e de múltipla escolha sobre o PBF e as famílias beneficiadas os quais foram respondidos pelo responsável pelo PBF. Ressalta-se também que além da visita e da entrega dos questionários buscou-se informações sobre o Programa nos sites oficiais do governo federal e do Município.

Com o questionário em mãos passou-se a organização e sumarização dos dados obtidos na pesquisa, os quais correspondem a questão deste estudo que é o de saber se o Programa Bolsa Família contribui para a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas.

Para a análise dos dados, utilizou-se de algumas variantes tais como perfil dos beneficiados, escolaridade, educação, saúde, trabalho, renda, melhorias na economia do município, etc. Estes dados foram informados por meio de tabelas e gráficos, além da opinião do investigador Feitosa Luz da literatura sobre o tema.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresenta-se aqui os resultados da pesquisa no Município de Senador Pompeu/CE, os quais serão comparados com os resultados de outras publicações recentes sobre os impactos do Programa Bolsa Família no enfrentamento a pobreza.

Através da coleta de informações junto à Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE, identificou-se que atualmente o Município possui 26.494 mil habitantes. Deste total, 59% residente em zona urbana e 41% na zona rural. A população masculina representa 13.025, enquanto a população feminina é de 13.469 habitantes.

O município apresenta um quadro socioeconômico empobrecido, castigado pela irregularidade das chuvas e por falta de investimentos na implantação de políticas públicas sociais que beneficiem os mais pobres. A principal atividade econômica reside na agricultura de subsistência, pecuária e fabricação de calçados. Dentro desse contexto, o dinheiro investido no Programa Bolsa Família torna-se de suma importância para a economia local.

Em nível local, com relação ao Programa Bolsa Família, os dados foram coletados através de questionário encaminhado à Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento e Assistência Social, órgão responsável pela gestão do Programa no Município de Senador Pompeu, referentes aos anos de 2016 e 2018. Referidos dados foram retirados do Cadastro Único – CADÚNICO.

No Município de Senador Pompeu o Programa Bolsa Família teve início no ano de 2004 e conforme relatório do Cadastro Único em maio de 2016, havia 4.569 famílias beneficiárias no Programa, o que corresponde a 17,2% da população do Município. Em maio de 2018, o número de famílias beneficiadas foi de 4.064, como demonstra a tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Total de famílias beneficiadas em maio de 2016 e maio de 2018

Variante	Maior de 2016	Maior de 2018	Total
Nº famílias beneficiadas	4.569	4.064	8.633

Fonte: CADÚNICO, 2018 – Adaptação própria.

Vale ressaltar que em maio de 2016 o Município tinha 7.145 famílias registradas no Cadastro Único. Desse total 4.569 famílias foram beneficiárias do Programa e 2.576 não foram beneficiadas. Em maio de 2018, o número de famílias inscritas foi de 6.469, todavia, somente 4.064 famílias receberam o benefício conforme tabela a seguir:

Tabela 2 – Total de inscritos x beneficiários do Programa Bolsa Família – Município de Senador Pompeu/CE. Maio de 2016/Maio de 2018

PERÍODO	Famílias inscritas no Programa	Famílias Beneficiárias Programa Bolsa Família	Famílias que deixaram de receber o auxílio
Maio/2016	7.145	4.569	2.576
Maio/2018	6.469	4.064	2.405
Total	13.614	8.633	4.981

Fonte: CADÚNICO, 2018 – Adaptação própria.

Pelos dados da tabela 2 observa-se que o total de famílias inscritas no PBF em maio de 2016 e maio de 2018 representam metade da população do município, o que evidencia o quanto a pobreza se faz presente em nível local. Todavia, acredita-se que o número de pessoas carentes é bem maior do que 50%, o que comprova que ainda existem milhares de famílias fora do PBF no Município.

Outro dado interessante de ser analisado é com relação ao número significativo de famílias que mesmo estando cadastradas deixaram de receber o benefício. Isto tem fator negativo no enfrentamento a pobreza no Município pois no período descrito foram quase cinco mil famílias que deixaram de sair da linha de pobreza e miséria extrema.

Para um Município tão pobre, que vive somente da agricultura de subsistência, da Fábrica de Calçados existente, do Fundo de Participação dos Município – FPM, o não beneficiamento de todas as famílias inscritas é um atraso na gestão das políticas públicas de enfrentamento a pobreza.

Em nível nacional também se observa uma queda no número de famílias beneficiadas sendo que em maio de 2016 13,9 milhões de brasileiros recebiam o benefício, em maio de 2018 este número caiu para 12,7 milhões, uma queda de 1,2 milhões de brasileiros, conforme mostra a tabela:

Tabela 3 – Total de famílias beneficiadas no PBF em nível federal

PERÍODO	Famílias beneficiadas no Programa	Redução de famílias no Programa
Maio 2016	13, 9 milhões	-
Maio 2018	12, 7 milhões	-
Total		1, 2 milhões

Fonte: CADÚNICO, 2018 – Adaptação própria.

Problemas relacionados à crise econômica são os principais norteadores da redução no número de famílias no PBF, no entanto, essa lógica do governo federal de reduzir os gastos com o Programa não é compreensível, pois entende-se que num período de crise, em que o desemprego aumenta assustadoramente é que seria mais necessário o governo investir em políticas públicas de transferência de renda para combater a miséria.

Tabela 4 - Dados demográficos e econômicos das famílias beneficiadas.

Variável	Média
Número de pessoas na família	4 a 6
Número de filhos	2 a 4
Renda do Bolsa família	227, 00
Renda per capita	170,00

MDS, Matriz de Informações Sociais (2017). Adaptação própria.

Com relação ao número de pessoas e filhos e pessoas na famílias verifica-se que estas são numerosas e o número de filhos também é alto, o que vem de encontro ao que Alves e Cavenaghi (2013) relata que o alto índice de natalidade nas populações mais carentes, menos escolarizada, com um menor nível de consumo e piores condições de habitação é uma realidade no Brasil, o que entra em conformidade com as características do público alvo da pesquisa.

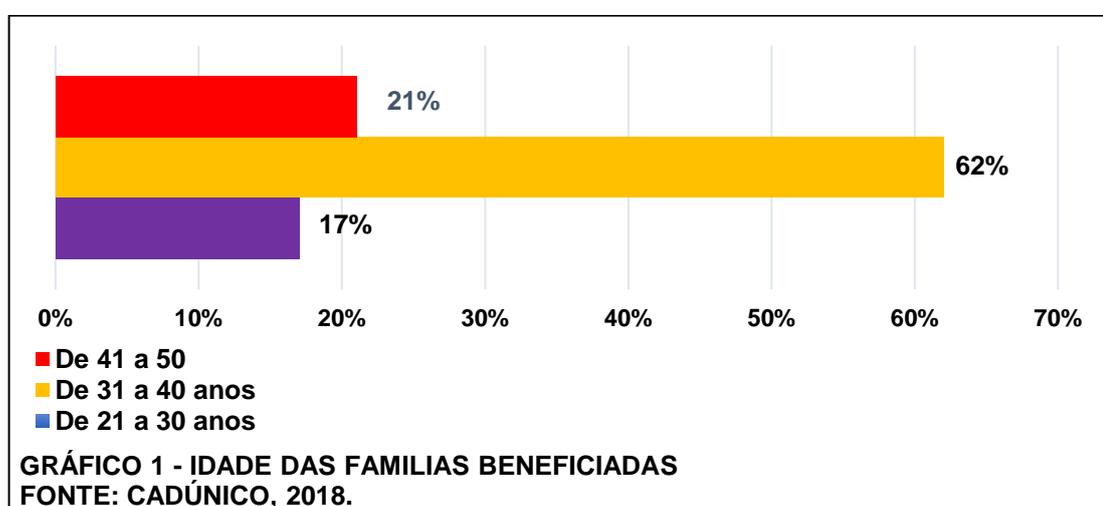
Na verdade, a falta de perspectivas profissionais e educacionais e de um projeto de vida que possibilite o progresso cultural e material contribui para que as mulheres pertencentes às populações mais carentes se tornem mães ainda muito jovens e com o tempo passem a ter muitos filhos.

Com relação ao gênero das famílias beneficiadas no Município de Senador Pompeu/CE observa-se que 68% dos beneficiários é do sexo feminino, o que leva à conclusão de que o PBF é gerido quase que na sua totalidade pelas mulheres, reafirmando o que é apresentado na literatura, por Rego e Pinzani (2013, p. 361) quando coloca que:

A transferência de renda é dada a mulher por conta de sua maior autonomia na aquisição de bens para suas famílias, por melhor administrarem o dinheiro da casa, bem como tem maior consciência das necessidades domésticas. Embora contribua para manter a responsabilidade de reprodução social da família com as mulheres, a transferência de renda, ainda que pouca, atua como um porta de saída a dominação do gênero masculino sobre o feminino.

Todavia, não é possível afirmar que as mulheres, por serem as gestoras do PBF tenham tido afirmação de sua autoridade no ambiente doméstico. Na verdade, o PBF não é o suficiente para mudar as relações de gênero tradicionais, enraizada nas famílias patriarcais, pois estas relações não estão ligadas apenas ao fator econômico, mas religioso, educacional e cultural.

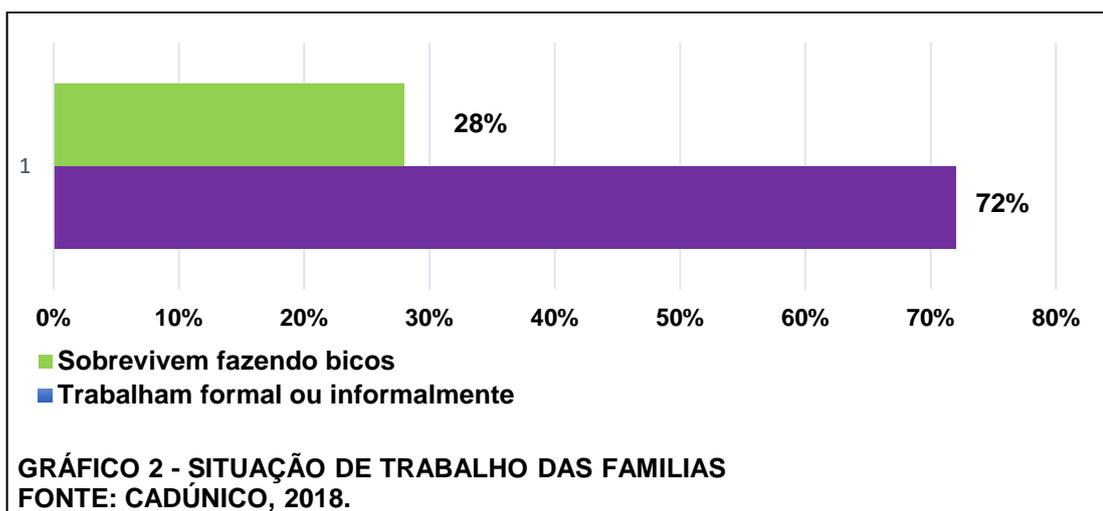
Com relação a idade dos beneficiários, esta varia entre 21 a 50 anos, pois 17% têm entre 21 a 30 anos, a maior parte dos beneficiados pelo programa 62% possui entre 31 a 40 anos e 21% têm entre 41 a 50 anos, conforme visualização do gráfico 1 a seguir:



Em se tratando da renda os dados mostram que as famílias cadastradas sobrevivem com renda de 1/2 salário mínimo. Esses dados revelam a importância do PBF na melhoria das condições financeiras dos beneficiários e apesar do Programa não ser referência para mudar a vida das pessoas a longo prazo como explica Behring e Boschetti (2006, p. 18):

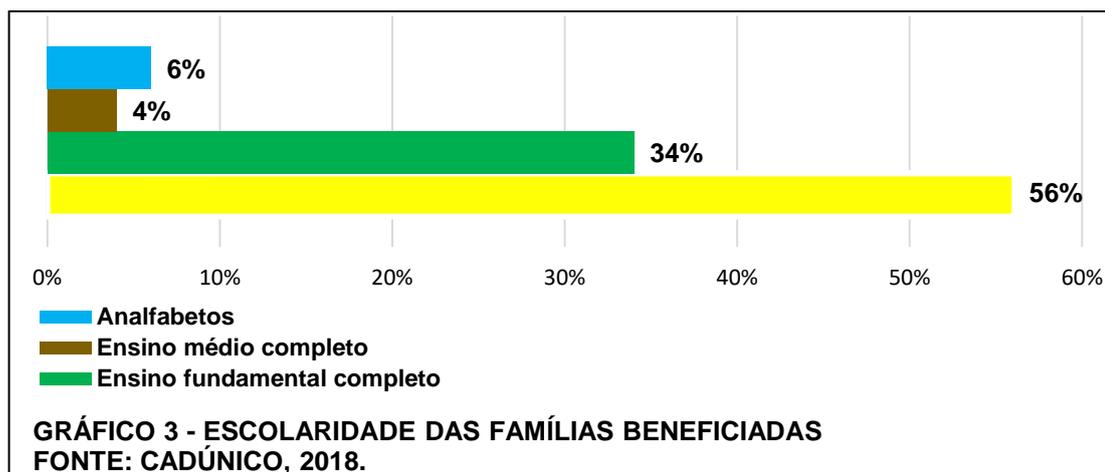
[...]a exemplo dos vários programas de transferência de renda no continente latino-americano, que distribuem recursos, mas não conseguem incidir efetiva e permanentemente sobre a desigualdade persistente, operando mais como políticas compensatórias, focalizadas, e de legitimação de projetos dos governos, bem como de produção de coesão social e controle sobre “os de baixo”, mas com importantes impactos na vida de amplos segmentos pauperizados da classe trabalhadora, razão pela qual devemos defender esses programas, especialmente a ampliação significativa do valor dos benefícios

Conforme informações do CADÚNICO 72% dos beneficiários do Bolsa-Família de fato trabalham, formal ou informalmente, todavia, o que ganham é insuficiente para suprir as necessidades básicas da família. O restante, 28% sobrevivem de bicos ou não possuem renda fixa, como demonstra o gráfico 2 abaixo:



De fato, conforme dados do gráfico 2 em Senador Pompeu isto é uma realidade. A taxa de desemprego é alta, atingindo boa parte dos habitantes. O desemprego atinge principalmente os bairros periféricos da cidade, locais em que sobreviver é tarefa árdua e difícil.

Em relação a escolaridade das famílias que recebem o PBF, 56% só possui o ensino fundamental incompleto, 34% tem o fundamental completo, 6% são analfabetos e apenas 4% concluíram o ensino médio completo. O somatório dos que não possuem o ensino médio completo chega a 96% o que revela o baixo nível de escolaridade que possuem os usuários do bolsa família conforme se visualiza no gráfico 3 a seguir:



Sobre a escolaridade das famílias beneficiadas, essa realidade se contradiz ao que reza a Constituição Federal de 1988 – CF, quando diz que a educação é um direito de todos e um dever do Estado. Na verdade, a educação é condição essencial do ser humano para capacitar as pessoas com conhecimentos e habilidades para ingressar no mercado de trabalho, ajudando assim a combater a pobreza.

Um dos pontos positivos do PBF é com relação ao cumprimento das condicionalidades na área da educação e saúde que o Programa exige. Na tabela abaixo observa-se como está o cumprimento dessas condicionalidades no Município de Senador Pompeu.

Tabela 5 – Cumprimento das condicionalidades em educação e saúde no Município de Senador Pompeu/CE

Variável	Idade	Média do Município	Média Nacional
Educação	Crianças e jovens de 6 a 17 anos	85,30%	86,70%
Saúde	Crianças de até 7 anos e/ou com gestantes	84,03%	76,81%

Fonte: CADÚNICO, 2018 – Adaptação própria.

Conforme os dados, no município, 85,30% das crianças e jovens de 6 a 17 anos tem acompanhamento de frequência escolar. A média nacional é de 86,70%, assim sendo, o Município está abaixo da média, por isso é importante que os órgãos responsáveis pelo Programa articulem meios para melhorar este percentual, isto é, para aumentar o número de famílias que tem filhos na escola.

Em relação à saúde o acompanhamento chega 84,03% das famílias com

crianças de até 7 anos e/ou com gestantes. A média nacional é de 76,81 %. Neste aspecto o município está acima da média, mas ainda assim é importante que as secretarias de assistência social e de saúde continuem trabalhando para que este percentual aumente cada vez mais.

É muito importante que as condicionalidades na área da educação e da saúde sejam cumpridas, pois a redução da miséria e da pobreza estão diretamente ligados a melhoria na saúde das famílias e ao aumento do rendimento e do número de alunos nas escolas. Somente assim, estas famílias terão perspectivas maiores e melhores quanto ao seu futuro.

O Programa Bolsa Família tem um forte impacto no setor econômico dos Municípios brasileiros e em Senador Pompeu não é diferente, haja vista, que o dinheiro injetado em nível local, além de combater a pobreza traz desenvolvimento social e econômico, é o que demonstra a tabela a seguir:

Tabela 6 – Transferência de renda do Bolsa Família no Município de Senador Pompeu/CE no ano de 2016 e de janeiro a maio de 2018.

Variável	Quantidade de famílias beneficiadas em 2016 até maio de 2018	Valor R\$
Ano de 2016	4.569	11.975.642,00
De janeiro a Maio/2018	4.064	4.726.256,00
Total		16.701.898,00

Fonte: CADÚNICO, 2018 – Adaptação própria.

Pelos dados da tabela 6 pode-se afirmar que os recursos oriundos do PBF têm contribuído para dinamizar a economia em Senador Pompeu, até porque o dinheiro que as famílias recebem é gasto no comércio local, como afirma Tavares (2010) o PBF é de grande importância para Municípios menos desenvolvidos, dada a movimentação de renda entre as atividades econômicas, além de permitir uma alteração significativa dos indicadores de vulnerabilidade social.

É importante ressaltar, portanto, que as famílias beneficiárias do PBF, pelas condições de pobreza em que vivem não guardam dinheiro, daí que os recursos oriundos do Programa são gastos com alimentação, material escolar, remédios, na cidade e nos bairros onde moram. Por isso, para os municípios pequenos e pobres como Senador Pompeu os impactos positivos do PBF na economia é enorme.

Dentro desse contexto, para os gestores e técnicos do PBF entrevistados nesta pesquisa todos os grupos familiares que acessam o Programa são pobres ou extremamente pobres. Daí porque os mesmos acreditam que a vida das famílias beneficiadas no Município de Senador Pompeu melhorou muito a partir do momento em que o PBF foi implantado.

No que pese as críticas negativas de que o PBF serviria para financiar vícios da população atendida o que se verifica por meio destes dados é que nas famílias atendidas houve melhorias significativas em suas condições de vida, decorrentes da utilização dos benefícios financeiros que tem melhorado sua alimentação, moradia, cuidados com a saúde e outras necessidades, na maior parte das vezes relacionadas ao bem-estar dos seus filhos.

5. CONCLUSÃO

O tema apresentado neste TCC abordou aspectos relacionados a vulnerabilidade social e o Programa Bolsa Família no Município de Senador Pompeu/CE nos anos de 2016 e 2018. De início fez-se um estudo bibliográfico sobre as formas históricas de combate à pobreza, bem como, das origens e importância do PBF no enfrentamento a miséria que assola milhões de lares brasileiros.

Além da revisão de literatura a pesquisa buscou analisar os dados do PBF no Município de Senador Pompeu/CE, junto à Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Assistência Social, órgão responsável pela gestão do Programa referente ao ano de 2016 e 2018.

Por meio de um questionário contendo questões de múltipla escolha respondidas pelo órgão competente foi possível obter informações sobre o Programa e as famílias beneficiadas. Assim, viu-se que o PBF foi implementado no Município no ano de 2004.

Com relação ao perfil das famílias que recebem o benefício verificou-se que a maioria são extremamente pobres, e, portanto, estão dentro dos critérios para participar do Programa.

Sobre a escolaridade das famílias constatou-se que a maior parte delas não concluiu o ensino médio completo, o que dificulta sua preparação para entrar no mercado de trabalho. Viu-se também que nas famílias beneficiadas, sua maioria, quem está cadastrada para receber o benefício são as mulheres, fato positivo do Programa que busca o empoderamento feminino, embora, este seja uma luta

constante, que vai além do fator econômico.

Ainda de acordo com os dados, foi possível verificar que o total de famílias beneficiadas não condiz com o total de famílias que estão inscritas no CADÚNICO, o que colabora para a exclusão econômica de milhares de famílias e para o aumento da pobreza.

Outro dado importante é sobre a educação e a saúde, condicionalidades exigidas pelo Programa e que deve ter o acompanhamento do Município. Nestes quesitos, viu-se que o Município tem cumprido a meta estabelecida pelas diretrizes do Programa, mas que precisa melhorar cada vez mais.

O estudo constatou também que o investimento financeiro do PBF tem sido primordial para aquecer a economia de Senador Pompeu/CE, especialmente, por se tratar de um Município pobre que tem enfrentado sucessivos períodos de estiagem, além das consequências da crise nacional.

O certo é que os resultados apresentados nesse trabalho permitem constatar que o PBF, para as famílias beneficiadas de Senador Pompeu/CE, atua como uma forma de complemento de renda, cumprindo o papel para o qual foi criado que é o enfrentamento e combate à pobreza na busca pelo resgate da cidadania plena de milhões de brasileiros.

Dentro desse contexto, pode-se afirmar que a questão norteadora deste TCC, que foi saber se o Programa Bolsa Família contribui para a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas foi respondida.

Vale dizer ainda que o objetivo geral de analisar o Programa Bolsa Família e os seus impactos na vida das famílias beneficiadas, bem como, os específicos de realizar um levantamento bibliográfico sobre a pobreza e as suas formas históricas de enfrentamento; destacar as políticas sociais e a gestão pública no Brasil, dentre as quais se encontra o PBF, suas origens, definições e importância; e, apresentar os resultados do Programa Bolsa Família no Município de Senador Pompeu/CE nos anos de 2016 e 2018, foram alcançados na medida em que os dados colhidos mostraram uma efetiva melhora no nível de vida econômico, social, de saúde e educação das famílias beneficiadas.

Assim sendo, conclui-se que pesquisas como estas tem importância fundamental para que as instituições governamentais vejam que a implementação de políticas públicas e sociais como o PBF e uma gestão comprometida com os mais necessitados serve para diminuir a pobreza e a desigualdade na distribuição de renda, pois no decorrer deste estudo percebeu-se o quanto o tema da pobreza e sua forma de enfrentamento são complexos, necessitando de mais pesquisas neste campo.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

ALVES, J.E.D; CAVENAGHI, S. **O Programa Bolsa Família e a Transição da Fecundidade no Brasil**. Novembro, 2013. Disponível em: https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/326_1.pdf. Acesso em: 15 de maio de 2018.

ABRAS, Ingrid Brena; SÁ, Michele Aparecida de. **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: educação de crianças e adolescentes em situação de pobreza em idade escolar**. Revista Formação@Docente – Belo Horizonte. Vol. 8. Nº 2. Julho/Dezembro, 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/usuario/Desktop/1177-3738-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Desktop/1177-3738-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 08 de maio de 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica de Serviço Social, 2).

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. MDS. Índice de Desenvolvimento da Família. 2012a. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Desktop/5799-1-30416-1-10-20170510.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

CURRALERO, C. B. et al. **As Condicionalidades do PBF**. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Org.). Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília, DF: Instituto de Pesquisas Aplicadas – Ipea, 2010.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Orgs). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

CUNHA, R. e PINTO, B. **O Programa Bolsa Família como estratégia para redução da pobreza e os processos de cooperação e coordenação intergovernamental para sua implementação**. 2008. Disponível em www.ipc-undp.org/publications/mds/19M.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2018.

COHN, Amélia. **O PBF e seu potencial como política de Estado**. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (Orgs). Bolsa Família 2003 - 2010: avanços e desafios. (Orgs). Vol. 2. Brasília: Ipea, 2010.

FISZBEIN, A. SCHADY, N. **Transferência Condicional de Renda. Reduzindo o Presente e o Futuro Pobreza**. Banco Mundial, 2009. [http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista_hegemonia_20/Isabela%20Le%C3%A3o,%20Tito%20Belchior%20e%20George%20Cunha%20\(7\).pdf](http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista_hegemonia_20/Isabela%20Le%C3%A3o,%20Tito%20Belchior%20e%20George%20Cunha%20(7).pdf). Acesso em: 10 de maio de 2018.

FERREIRA, Viviane Capitani. AQUINO, Carla Botrel Consentino de. **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA Superando a pobreza e reduzindo a privação de capacidades**. 2018. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/PROGRAMA%20BOLSA%20FAM%C3%8DIA%20Sup>

erando%20a%20pobreza%20e%20reduzindo%20a%20priva%C3%A7%C3%A3o%20de%20capacidades.pdf. Acesso em: 02 de jul. de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Rio de Janeiro, 2006, 2012, 2013, 2014, 2015, 2017 e 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 3 de maio de 2018.

LEITE, Izildo Corrêa. **Caminhos entrelaçados**: pobreza, questão social, políticas sociais e Sociologia. In: MANFROI, Vania Maria; MENDONÇA, Luiz Jorge V. P. de (Orgs.). Política social, trabalho e subjetividade. Vitória: EDUFES, 2008. p. 209-227

MARTINS, José de Souza. (Coord.) **O Massacre dos Inocentes**: a criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2005.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTEIRO, Doraliza Auxiliadora Abranches. et. al. **Determinantes da Gestão do Programa Bolsa Família**: análise do índice de gestão descentralizada em Minas Gerais Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/viewFile/29593/31461>. Acesso em: 02 de jul. de 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas no Brasil. Disponível em: http://coral.ufsm.br/seminarioeconomia/images/anais_2017/POL%C3%8DTICAS_SO_CIAIS_E_POBREZA_NO_BRASIL.pdf. Acesso em: 03 de maio de 2018.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social**: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Maria de Fátima. **O combate à pobreza Do Programa Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria**: a pobreza institucionalizada na prática de técnicos e gestores públicos. 2016. http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/305058/1/Pereira_MariadeFatima_D.pdf. Acesso em 06 de jul. de 2018.

POCHMANN, Márcio. **Assegurar o bem-estar coletivo**. 2009. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/assegurar-o-bem-estar-coletivo/>. Acesso em: 10/05/2018.

REGO, Walquiria Leão & PINZANI, Alessandro. **Vozes do bolsa família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SPOSATI, Aldaíza. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, M. O. S. e. **O Bolsa Família**: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1429-1439. 2007.

SIQUEIRA, Maria da Penha. Smarzaró. **Sociedade e pobreza**. Vitória: UFES, 2011.

TELLES, Vera. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte. Editora UGMG, 2007.

TAVARES, P. A. **Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães**. Campinas, v.19, n.3 (40), p. 613-635, dez 2010.

WANDERLEY, MariangelaBelfiore, (orgs). **Desigualdade e Questão Social**. São Paulo, (4ª edição). EDUC, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO – DADOS SOBRE O PBF E AS FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO MUNICÍPIO DE SENADOR POMPEU/CE

1 – Ano em que o PBF foi implementado no Município

2004 2005 2006 2007 Outro ano

2 – Total geral de famílias beneficiadas no município

1.000 famílias de 1.000 a 1.500 famílias De 1.500 a 2.000 famílias De 2.000 a 3.000 famílias Acima de 3.000 famílias

3 - Total de famílias beneficiadas no ano de 2016

Mil famílias
 Duas Mil Famílias
 Três mil famílias
 Acima de três mil famílias

4 - Total de famílias beneficiadas no ano de 2018

Mil famílias
 Duas Mil Famílias
 Três mil famílias
 Acima de três mil famílias

5 - Pessoa cadastrada no Bolsa Família

Esposo Esposa Outro membro da família

6 - Sexo do beneficiário (a)

Masculino Feminino

7 - Idade das famílias beneficiadas

Até 20 anos
 21 a 30 anos
 31 a 40 anos
 41 a 50 anos
 Acima de 51 anos

8 – Escolaridade das famílias beneficiadas

Analfabeta Ensino Fundamental Completo Ensino Fundamental incompleto Ensino Médio Completo Ensino Médio incompleto

9 - Número de membros na família

1 a 3 pessoas
 4 a 6 pessoas
 7 a 10 pessoas
 10 ou mais

10 - Situação de trabalho das famílias beneficiadas

Empregada
 Desempregada

Subempregada

Autônoma

11 - Renda familiar recebida sem o PBF:

Um salário mínimo

Abaixo de um salário mínimo

Sem renda fixa

12 – Situação de trabalho

Empregado

Desempregado

Autônomo

Não trabalha em nada

13 – Se as famílias beneficiadas cumprem as condicionalidades da educação e saúde

Cumpre

Não cumpre

As vezes

14 - Considera que houve melhoras na vida das famílias beneficiadas com o PBF?

Muito

Pouco

Não melhorou